



H0559

LIBERALIZAÇÃO, ESTABILIDADE E CRESCIMENTO: O ACOMPANHAMENTO DA ECONOMIA E DA POLÍTICA ECONÔMICA NO BRASIL

Thiago de Moraes Moreira (Bolsista PIBIC/CNPq) e Prof. Dr. Francisco Luiz Cazeiro Lopreato (Orientador), Instituto de Economia - IE, UNICAMP

Estudos sobre política fiscal se relacionam diretamente à análise de como são gerados os recursos públicos, ou seja, como estes são arrecadados pelo poder público bem como de que maneira tais recursos são gastos, ou seja, é através da política fiscal que encontramos, em grande medida, a natureza das relações estabelecidas entre Estado e sociedade. No caso específico do meu trabalho, procurei avaliar as características da atuação da política fiscal brasileira (com ênfase no âmbito do governo central) nos últimos, aproximadamente, 12 anos. Dessa forma, a partir do alcance da estabilidade de preços com o Pano Real, analisei, a partir de alguns indicadores econômicos, a evolução da política fiscal, abordando sob que condições macroeconômicas houve um significativo aumento da dívida pública e um pífio crescimento do produto, refletida no expressivo crescimento do indicador dívida/PIB, apesar da geração dos crescentes superávits primários a partir de 1999, quando a política fiscal ganha papel central para a estabilidade. A partir do acompanhamento dos dados sobre receitas e despesas, cheguei à conclusão de que a geração destes superávits vem sendo feita com grandes custos para a sociedade, na medida em que os resultados foram predominantemente gerados pelo aumento da carga tributária e de profundos cortes nos investimentos públicos. É importante destacar também que, ao mesmo tempo em que a política fiscal ganhou grande importância na avaliação da situação econômica brasileira, tornaram-se cada vez mais evidentes as fortes vulnerabilidades que as contas públicas sofreram e ainda sofrem decorrente de variações na taxa de juros e de câmbio, de maneira que, dado o perfil da dívida pública brasileira e a dinâmica macroeconômica, qualquer esforço fiscal no sentido de atingir, ou até mesmo ultrapassar, as metas fiscais, pode não ser suficiente para o alcance do tão almejado objetivo de declínio ou mesmo estabilidade da relação dívida/PIB, ficando a mercê do comportamento da taxa de juros e do câmbio. Dessa forma, procurei abordar a sustentabilidade deste regime fiscal, destacando as novas propostas surgidas para a condução da política fiscal, que em última instância, buscam aprofundar o ajuste das contas públicas, com profundos cortes nos gastos correntes do setor público. Contudo, conclui que não há maiores evidências de que um maior aperto fiscal traria benefícios à sociedade brasileira em termos de crescimento. Sendo assim, atento para algumas questões que devem fazer parte de uma proposta para a política fiscal, de natureza mais heterodoxa, que não defenda a excessiva austeridade fiscal, mas que acredite na importância dos gastos públicos no fomento do crescimento e do nível de emprego, que proponha uma melhor distribuição da carga tributária, com maior progressividade da tributação, além de uma ampla mudança do modelo macroeconômico (não só da política fiscal, mas também das políticas monetária e cambial) de modo a favorecer a sobreposição da esfera produtiva à financeira no funcionamento da economia brasileira, que contribua para uma melhor distribuição de renda, tornando-o menos perverso para o conjunto da sociedade brasileira.

Austeridade fiscal - Sustentabilidade - Desenvolvimento econômico